

APÊNDICE II – NORMAS SELECIONADAS CONFORME BUSCA DO APÊNDICE I

Normas
BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil, 1824. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 25 mar. 1824, v. 1, p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 2 ago. 2021.
BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Texto constitucional de 24 de fevereiro de 1891 com as alterações adotadas por emendas constitucionais de revisão. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 24 fev. 1891a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 2 ago. 2021.
BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Texto constitucional de 16 de julho de 1934 com as alterações adotadas por emendas constitucionais. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 2 ago. 2021.
BRASIL. Constituição (1937). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Texto constitucional de 10 de novembro de 1937 com as alterações adotadas por emendas constitucionais de revisão. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 2 ago. 2021.
BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Texto constitucional de 16 de julho de 1934 com as alterações adotadas por emendas constitucionais. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 19 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 2 ago. 2021.
BRASIL. Decreto n. 575, de 10 de janeiro de 1849. Estabelece regras para a incorporação de quaesquer Sociedades anonymas. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 10, v. pt II. 1849. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-575-10-janeiro-1849-559714-norma-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
BRASIL. Decreto n. 438, de 13 de novembro de 1845. Approva os Estatutos do Banco Commercial da Provincia da Bahia. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 31 dez., v. 1. p. 111 (col. 1), 1845. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1845-11-13;438>. Acesso em: 10 jul. 2021.
BRASIL. Decreto n. 2.035, de 25 de novembro de 1857. Autorisa a incorporação e approva os estatutos do Banco do Maranhão, com diversas alterações. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 458, v. 1, pt II, 1857. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2035-25-novembro-1857-558196-publicacaooriginal-79179-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
BRASIL. Decreto n. 1.105, de 5 de janeiro de 1853. Autorisa a incorporação e approva os Estatutos do Banco Commercial do Pará, com algumas alterações. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 33, pt II, 1853. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2035-25-novembro-1857-558196-publicacaooriginal-79179-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.
BRASIL. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Código Commercial. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 26 jun. 1850. Disponível em:

<p><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 2.394, de 2 de abril de 1859. Autorisa a incorporação e aprova os Estatutos do Banco Proprietário, com diversas alterações. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, p. 300, pt II, 1859a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2394-2-abril-1859-557365-publicacaooriginal-77732-pe.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 2.396, de 2 de abril de 1859. Autorisa a incorporação e aprova os Estatutos do Banco Socorro e Auxilio, com diversas alterações. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 318, v. 1 pt II, 1859b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2396-2-abril-1859-557368-norma-pe.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 2.397, de 2 de abril de 1859. Autorisa a incorporação e aprova os estatutos do Banco Commercial Paraense, com diversas alterações. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 323, v. 1 pt II, 1859c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2397-2-abril-1859-557369-norma-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021m</p>
<p>BRASIL. Lei n. 1.083, de 22 de agosto de 1860. Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1860. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.html>. Acesso em: 22 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 3.308, de 17 de setembro de 1864. Manda observar diversas disposições extraordinarias durante a crise commercial em que se acha a praça do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1864a, p. 156, v. 1 pt. II, 1864a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3308-17-setembro-1864-555074-publicacaooriginal-74158-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 3.309, de 20 de setembro de 1864. Regula a fallencia dos Bancos e casas bancarias nos termos do art. 3º do Decreto n. 3.308 de 17 do corrente. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 157, v. 1 pt. II, 1864b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3309-20-setembro-1864-555075-publicacaooriginal-74159-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Lei n. 3.150, de 4 de novembro de 1882. Regula o estabelecimento de companhias e sociedades anonyms. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 139, v. 1 pt I, 1882. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3150-4-novembro-1882-544802-norma-pl.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Lei 3.272, de 5 de outubro de 1885. Altera diversas disposições referentes ás execuções civeis e commerciaes. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 23, v. 1, 1885. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3272-5-outubro-1885-543469-publicacaooriginal-53793-pl.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 165-a, de 17 de janeiro de 1890. Dispõe sobre as operações de credito movel a beneficio da lavoura e industrias auxiliares. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 99, v. 1 fasc. 1º, 1890a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-165-a-17-janeiro-1890-502676-norma-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2021.</p>

BRASIL. Decreto n. 700, de 29 de Agosto de 1890. Concede autorização ao Banco Territorial e Mercantil de Minas para organizar uma companhia sob a denominação de Companhia Ceres Brasileira. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 2.037 v. Fasc. VIII, 1890b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-700-29-agosto-1890-502812-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 782-A, de 25 de setembro de 1890. Contém diferentes providências sobre Bancos de circulação. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 2.445, v. Fasc. IX, 1890c. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-782-a-25-setembro-1890-517344-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 434, de 4 de julho de 1891. Consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anonymas. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, p. 34, v. 2 pt. I, 1891b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-434-4-julho-1891-504758-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 1.073, de 11 de Outubro de 1892. Concede permissão ao Banco de Credito Brasileiro, com sede nesta Capital, para transferir a José Rabello e Francisco Marcellino Pinto a faculdade que lhe assiste de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e Minas Geraes. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, 1892, p. 808, v. 1 pt II, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1073-11-outubro-1892-523021-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 5.614, de 29 de julho 1905. Approva a reforma dos estatutos do Banco Hypothecario do Brazil. Diário Oficial da União, 5 ago. 1905a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5614-29-julho-1905-523191-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 5.652, de 26 de agosto de 1905. Concede autorização para funcionar ao Banco de Credito da Lavoura da Bahia e approva os respectivos estatutos. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 15 set. 1905b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5652-26-agosto-1905-523194-norma-pe.html>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 5.959, 6 de abril de 1906. Prorroga o prazo da concessão feita á sociedade anonyma “Banque Belge de Prêts Fonciers” e approva a modificação feita nos seus estatutos. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 8 abr. 1906a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5959-6-abril-1906-523208-norma-pe.html>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6.088, de 13 de julho de 1906. Concede autorização ao Banco Alliança, da cidade do Porto, Reino de Portugal, para estabelecer uma filial na cidade do Rio de Janeiro. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 14 abr. 1906b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6088-13-julho-1906-523216-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 6.651, de 19 de setembro de 1907. Approva o regulamento para as casas de empréstimos sobre penhores no Districto Federal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 20 set. 1907. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6651-19-setembro-1907-523239-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

<p>BRASIL. Decreto n. 14.728, de 16 de março de 1921. Approva o regulamento para a fiscalização dos bancos e casas bancárias. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 17 mar. 1921. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14728-16-marco-1921-504798-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 19.479, 12 de dezembro 1930. Prorroga por mais sessenta dias os prazos a que se referem os decretos ns. 19.385, de 27 de outubro, 19.391 e 19.400, de 1 e 12 de novembro, todos do corrente anno. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 13 dez. 1930a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19479-12-dezembro-1930-505850-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 19.385, de 27 de Outubro de 1930. Revoga os decretos ns. 19.375 e 19.383, respectivamente, de 20 e 22 do corrente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 28 out. 1930b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19385-27-outubro-1930-514586-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 19.634, de 28 de janeiro de 1931. Regulamento o art. 5º do decreto n. 19.479, de 12 de dezembro de 1930: Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 29 jan. 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19634-28-janeiro-1931-505849-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 21.499, 9 de junho de 1932. Cria a Caixa de Mobilização Bancária. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 jun. 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21499-9-junho-1932-498884-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 24.503, de 29 de junho de 1934. Estabelece regras e providências para o funcionamento das Sociedades de Economia Caletiva, também chamada "Caixas Construtoras", criando fiscalização especial para as mesmas. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 jun. 1934a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24503-29-junho-1934-515200-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 22.626, de 7 de abril de 1933. Dispõe sobre juros nos contratos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 8 abr. 1933. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto n. 24.662, 11 de julho de 1934. Considera como casas bancárias, para efeito do disposto no decreto n. 24.283, de 12 de maio do corrente ano, os comerciantes e empresas agrícolas que realizem por financiamento de agricultores por meio de créditos ou utilidades agrícolas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 12 jul. 1934b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24662-11-julho-1934-515222-norma-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 1.888, de 15 de dezembro de 1939. Dispõe sobre a concessão de empréstimos e outros benefícios a agricultores, nas condições que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 16 dez. 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1888-15-dezembro-1939-411854-norma-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 6.419, de 13 de abril de 1944. Reorganiza a Caixa de Mobilização Bancária, e dá outras providências. Diário Oficial da</p>

<p>União, Rio de Janeiro, 14 abr. 1944a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6419-13-abril-1944-452632-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 6.541, de 29 de maio de 1944. Altera o art. 5º do Decreto-Lei n.º 6.419, de 13 de abril de 1944. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 30 maio 1944b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6419-13-abril-1944-452632-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 8.495, de 28 de dezembro de 1945. Transfere à Superintendência da Moeda e do Crédito as atribuições de que trata o Decreto-Lei n. 6.419, de 29 de abril de 1945, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 29 abr. 1945a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8495.htm>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. de 9.346, de 10 de junho de 1946. Completa disposições do Decreto-lei n. 9.228, de 03 de maio de 1946, aprova o respectivo Regulamento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 29 abr. 1945b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9346-10-junho-1946-417452-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 9.228, 3 de maio de 1946. Revigora o processo de liquidação extrajudicial de Bancos e Casas Bancárias, a que se refere o artigo 5º do Decreto n. 19.479, de 12 de dezembro de 1930, regulamentado pelo Decreto n. 19.634, de 28 de janeiro de 1931, dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 maio 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9228-3-maio-1946-417102-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Decreto-Lei n. 7.583, de 25 de maio de 1945. Dispõe sobre sociedades de crédito, financiamento ou investimentos. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 26 maio 1945c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7583-25-maio-1945-417384-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Lei 1.808, de 7 de janeiro de 1953. Dispõe sobre a responsabilidade de diretores de bancos e casas bancária e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 jan. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1808.htm>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>
<p>BRASIL. Lei n. 2.697, de 27 de dezembro de 1955. Prorroga para 31 de outubro de 1959, o prazo a que se refere o artigo 1º da Lei n. 2.095, de 16 de novembro de 1953 (Dispõe sobre o financiamento da Lavoura de Café e estende seus benefícios aos cafeicultores cujas lavouras foram prejudicadas em sua produtividade econômica pelas geadas recentemente ocorridas). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 17 nov. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2697-27-dezembro-1955-361269-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 7 ago. 2021.</p>